



ACÓRDÃO Nº 1010/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 10116/2013.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Câmara Municipal de Alvarães.

4- Exercício: 2012.

5- Responsável: Sr. Elvis Cleiton Barbosa Lavor, Presidente da Câmara Municipal de Alvarães, à época.

6- Unidade Técnica: DCAMI – Informação Conclusiva nº 266/2015 (fls. 209/210)

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 910/2015-MP-EFC, da Dr. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas (fls. 211/2015)

8- Relator: Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas. Câmara Municipal de Alvarães. Exercício 2012.

Contas Irregulares. Alcance. Prazo. Comunicação ao Poder Executivo Municipal. Multas. Prazo. Autorização de inscrição na Dívida Ativa. Cobrança Executiva. Determinação à origem.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 3º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Irregulares as Contas Anuais da Câmara Municipal de Alvarães, exercício de 2012, de responsabilidade do Sr. **Elvis Cleiton Barbosa Lavor**, Vereador-Presidente e Ordenador de Despesa à época, nos termos do art. 22, III, “b” e “c”, da Lei 2.423/96 c/c o art. 188, §1º, III, “b” e “c”, da Resolução 04/2002-TCE/AM;

9.2- Julgar em alcance o responsável, nos moldes do art. 304, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-R/TCE, glosando o montante de **R\$ 42.667,75** (quarenta e dois mil, seiscentos e sessenta e sete reais e setenta e cinco centavos), atualizados monetariamente, com devolução aos cofres públicos em face da não regularização da despesa extra orçamentária na conta “Créditos a Compensar”, registrado no Balanço Financeiro;



ACÓRDÃO Nº 1010/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO

9.3- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento do valor do débito aos cofres da **Fazenda Municipal**, com a devida comprovação nestes autos (art.72, III, “a”, da Lei nº 2423/96) com a devida atualização monetária (art.55, da Lei nº 2423/96 – LOTCE/AM c/c o art.308, § 3º, da Res. nº 04/02 – RITCE/AM);

9.4- Comunicar ao Poder Executivo Municipal, que no caso de não recolhimento do valor da condenação, ex vi o art.173 da Res. nº 04/2002 – RITCE/AM e expirado o prazo estabelecido, o mesmo deverá ser **inscrito na Dívida Ativa Municipal**, seguido da imediata **cobrança judicial**, cientificando este Tribunal de todas as medidas adotadas;

9.5- Aplicar multas ao responsável **nos valores de:**

a) R\$ 8.768,25 (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), nos termos do art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução nº 04/02, em face da ausência de Controle Interno;

b) R\$ 4.384,12 (quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos), nos termos do **art. 54, III**, da Lei nº 2.423/96 c/c o **art. 308, V**, da Resolução 4/2002, em face da burla ao disposto no art. 37 inciso XXI, da Constituição Republicana de 1988, c/c arts. 2º e 3º da Lei Nacional nº 8.666/93, configurando ato de gestão antieconômico;

9.6- Fixar prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres da **Fazenda Estadual**, do montante de **R\$ 13.152,37** (treze mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e sete centavos), referente às multas discriminadas no item 9.5, com a devida comprovação perante a este Tribunal, nos termos dos arts. 72, III, “a”, da Lei nº 2.423/96;

9.7- Expirado prazo estabelecido, os valores das multas deverão ser atualizados monetariamente (art. 55, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º da Resolução nº 04/2002-TCE/AM), autorizando desde já a **inscrição das penalidades na dívida ativa** e a **instauração da cobrança executiva** em caso de não-recolhimento, ex vi do art. 173, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

9.8- Determinar à origem:

a) Que cumpra o estabelecido no parágrafo 1º, art. 15, da Lei Complementar nº 06, de 22/01/91, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 24/2000, c/c o art. 4º da Resolução TCE nº 07/02, no que se refere ao prazo de encaminhamento dos balancetes;

b) Que seja criado o Controle Interno conforme o determinado nos arts. 31 caput e caput 74 e incisos I, II, e IV, § 1º, da CF/88 e art. 76 caput da Lei nº 4.320/64;

c) Que cumpra com rigor o estabelecido no Estatuto das Licitações.

10- Ata: 43ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 25 de novembro de 2015.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

ACÓRDÃO Nº 1010/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

12-Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente, em substituição), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

13-Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro-Presidente, em substituição.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA

Procurador-Geral